

A ECONOMIA POLÍTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE PELOTAS/RS

MARÍLIA FIGUEIREDO DA SILVA¹; VITÓRIA KASTER NEUTZLING²;
MICHELE JOSIANE RUTZ BUCHWEITZ³; PRISCILA NOVELIM⁴; ALISSON
CASTRO BATISTA⁵; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – maridiegorafa@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – kastervitoria@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – michelejrb@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – pri2702@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – alissoncastrobatistaa@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho apresentamos parte dos resultados da pesquisa realizada no âmbito do projeto de iniciação científica "A Economia Política da Ausência na Escola Pública", com base em estudo bibliográfico e entrevista com diretora da rede municipal de ensino de Pelotas/RS. A pesquisa foi conduzida pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (GIPEP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). A investigação teve como objetivo compreender de que forma os princípios da gestão democrática se efetivam no cotidiano escolar.

A gestão democrática é um princípio previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996, Art. 14) e reafirmado em outros documentos normativos e orientadores da educação brasileira. Mais do que uma diretriz legal, ela representa uma concepção de escola como espaço público, que deve ser construído de forma participativa, dialógica e coletiva, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

LUCK (2013) reforça esse entendimento ao afirmar que a gestão democrática vai além da simples organização administrativa da escola, ela envolve criar um ambiente em que todos os membros da comunidade escolar participem ativamente das decisões e processos educativos. Essa participação é fundamental para que a escola cumpra sua função de formar sujeitos autônomos, críticos e socialmente comprometidos. VEIGA (2009) salienta que a participação é um mecanismo de representação, na qual deve mobilizar toda a comunidade escolar para a construção de uma educação de qualidade. Para ALMEIDA (2021, p. 34), “a gestão democrática possui o papel de viabilizar na escola pública, além da sua função de transmitir saberes, a formação humana integral de seus alunos tornando-os sujeitos críticos, participativos e emancipados”.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida através de levantamento bibliográfico e entrevista, amparado pelo referencial teórico de autores como ALMEIDA (2021); LUCK (2013) e VEIGA (2009). Segundo SEVERINO (2013, p. 106):

Pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos

impressos, como livros, artigos, teses etc. Se utiliza de dados já trabalhados por outros pesquisadores que foram devidamente registrados.

A principal técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, realizada com a diretora de uma escola da rede pública municipal de Pelotas/RS, de forma presencial, e na sequência os dados foram transcritos e categorizados.

MINAYO (2007, p. 64) ressalta que:

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

As questões contempladas para a realização da entrevista foram sugeridas e discutidas pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (GIEP), com base nos objetivos da pesquisa. Essas questões tratam tanto de dados sobre a estrutura da escola, como também de demandas relacionadas à função pedagógica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados até o presente momento evidenciam que, apesar das limitações estruturais enfrentadas pela gestão da escola entrevistada, é possível observar iniciativas concretas de implementação dos princípios da gestão democrática. A partir da entrevista realizada com a diretora, identificou-se que a participação da comunidade escolar é um dos pilares que sustentam a dinâmica administrativa da instituição. Isso fica evidente onde a diretora Bruna¹, relata que:

O Conselho Escolar é composto por alunos, pais, responsáveis, professores e funcionários, sendo o diretor membro nato. A relação tem se dado de uma forma muito tranquila, no sentido de sentar, conversar, da gente pensar o que são as prioridades.

Essa prática reforça o que afirma LUCK (2013), ao destacar que a gestão democrática demanda a construção de um ambiente participativo, onde os sujeitos tenham voz ativa nas decisões escolares. Ademais, outro aspecto relevante identificado a partir da entrevista, foi a mobilização da comunidade em busca de melhorias, especialmente em situações em que faltam políticas públicas efetivas. A diretora Bruna afirma que “A comunidade ajuda muito. A gente diz assim [...] a gente diz para os pais: podem ir lá, a senhora pode dizer que tem o ofício e é o ofício número tal [...] e é onde dá mais pressão: a comunidade e os pais”. Isso destaca a força da coletividade para provocar mudanças junto ao poder público, demonstrando que, embora existam lacunas institucionais, a atuação coletiva pode gerar impactos positivos, ainda que limitados frente às necessidades da escola. Nesse sentido, ALMEIDA (2021, p. 34) enfatiza que:

Existem várias formas de participação na escola, que vão desde a uma simples informação, uma opinião, voto, proposta de soluções de

¹ O nome atribuído à diretora é fictício com o intuito de preservar a sua identidade.

problemas, entre outras. Mas, o que mais importa nesse processo é que os atores sociais da escola tenham conhecimento e clareza do real sentido da sua participação e para que, assim, eles possam vivenciar esse processo.

Entre os elementos abordados na entrevista com a diretora, se evidenciou a importância do Grêmio Estudantil no incentivo à participação dos alunos nos processos decisórios. Conforme destaca ALMEIDA (2009, p. 48) “o grêmio deve ser visto por todos, como um colegiado de reflexão e participação política, com compromisso de transformação da escola em um ambiente de formação e exercício da cidadania”, o que inclui, de forma significativa, o protagonismo estudantil. A fala da diretora revela que, embora a participação dos alunos de modo geral ainda seja um aspecto difícil de consolidar, o Grêmio Estudantil tem desempenhado um papel relevante como ponte entre os estudantes e a gestão escolar:

A gente tem o Grêmio Estudantil, então o pessoal do Grêmio Estudantil acaba participando mais dessas reuniões, vamos dizer assim, desses encontros, dessas conversas. [...] então, acaba tendo esse elo, mas é o conselho com um aluno [...] alguns são mais difíceis do que outros. Então, a gente acaba fazendo isso através do Grêmio, que é realmente específico, que é a atuação dos alunos, e a menina que está na presidência é muito participativa, ativa, tá sempre participando (Diretora Bruna).

A partir da entrevista, observou-se que os principais desafios que a escola enfrenta são em relação a problemas na infraestrutura e falta de professores, especialmente auxiliares e cuidadores. Portanto, conforme também apontado por CURY (2012), fica evidente que as práticas de gestão democrática sozinhas não se consolidam, especialmente diante da ausência de políticas públicas que garantam recursos humanos e estruturais adequados.

4. CONCLUSÕES

Os dados apanhados a partir da entrevista destacam que, apesar dos desafios estruturais significativos, como a escassez de professores e cuidadores, além de problemas na infraestrutura, existem esforços reais direcionados à promoção da gestão democrática no ambiente escolar. As iniciativas mencionadas pela diretora Bruna evidenciam um compromisso em criar um espaço participativo, onde diversos membros da comunidade são encorajados a colaborar nos processos de decisões.

O Conselho Escolar e o Grêmio Estudantil se destacam como ferramentas essenciais nesse contexto, atuando como canais para escuta, articulação e reivindicações. A participação da comunidade tem se mostrado crucial na busca por melhorias, funcionando como uma força mobilizadora diante das lacunas deixadas pelo poder público.

No entanto, os limites impostos pela falta de políticas públicas adequadas revelam que a gestão democrática, por si só, não é suficiente para assegurar uma educação de qualidade socialmente relevante. Nesse cenário, a ausência de suporte adequado arrisca transformar os espaços de participação em meros gerenciadores da precariedade, em vez de verdadeiros motores de transformação social e democratização da educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Vilma Soares de Souza. **Gestão democrática nas escolas municipais de São João do Meriti: utopia ou distopia?** Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23780>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. **Lei 9. 394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 jul. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - **Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2012.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, 2009. Disponível em : <https://www.pedagogiaparaconcurseiros.com.br/wp-content/uploads/2022/01/Veiga.pdf>. Acesso em: 01 agos. 2025.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).